



MINISTÉRIO PÚBLICO  
PORTUGAL  
ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre**

**Procuradoria da República – Coordenação**

**T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>**



**Tapeçaria de Portalegre na sala de audiências do Tribunal Judicial de Portalegre**

# MINISTÉRIO PÚBLICO

**Ano Judicial de 2017**

**Relatório anual**

**A Magistrada do Ministério Público Coordenadora**

**Branca Maria Lima**



MINISTÉRIO PÚBLICO  
PORTUGAL  
ENTREVISTA À LIBerdade, DEMOCRACIA

## **Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre**

### **Procuradoria da República – Coordenação**

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

## **RELATÓRIO ANUAL - Índice**

### **I. Introdução**

### **II. Quadro de magistrados do Ministério Público nos Juízos Locais**

#### **1. Quadro legal**

#### **2. Quadro necessário**

### **III. Quadro de técnicos de justiça**

#### **1. Quadro legal**

#### **2. Quadro necessário**

### **IV. Cumprimento de objectivos processuais**

#### **1. Antiguidade na pendência**

#### **2. Pendência**

#### **3. Utilização dos mecanismos de consenso e diversão**

### **V. Comparação da actividade processual do MP com referência ao ano judicial de 2016**

### **VI. Julgamentos nos Juízos locais**

### **VII. Julgamentos no Juízo criminal**

### **VIII. Conclusões**



MINISTÉRIO PÚBLICO  
PORTUGAL  
INSTITUTO NACIONAL DO REGISTO

## **Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre**

### **Procuradoria da República – Coordenação**

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

#### **IX. Anexos:**

Mapas constantes da Ordem de Serviço nº 8/14, de 13.11, da PGR

### **I-INTRODUÇÃO**

Nos termos do disposto na Ordem de Serviço nº 8/14, de 13.11, da PGR

"2. A elaboração e divulgação do Relatório Anual visam:

- a) Prestar informação pública sobre a actividade do Ministério Público à luz das suas atribuições constitucional e legalmente definidas;
- b) Avaliar como tal actividade foi desenvolvida, em que condições e os resultados obtidos, tendo em conta nomeadamente os objectivos estratégicos e processuais estabelecidos;
- c) Extrair conclusões relevantes para a acção futura.

3. O Relatório Anual do Ministério Público é um dos componentes da avaliação do funcionamento, do adequado cumprimento das competências e dos objectivos definidos para o sistema judiciário".

O presente relatório é elaborado em cumprimento do disposto nesta OS, incorporando e complementando o que já foi assinalado no relatório semestral apresentado.

**Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre**

**Procuradoria da República – Coordenação**

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

**II. QUADRO DE MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO:**

1.No presente ano judicial o quadro de magistrados do Ministério Público esteve preenchido conforme se descreve no quadro que segue:

Juízos locais	Magistrados
Elvas	3 Procuradoras-adjuntas e 1 substituta de Procuradora-Adjunta até Junho e 4 Procuradoras-Adjuntas desde Outubro
Nisa	1 Procurador-Adjunto
Ponte de Sor	2 Procuradores-Adjuntos
Portalegre	3 Procuradoras-Adjuntas
Fronteira	1 Procuradora-Adjunta
Juízos Centrais	2 Procuradores da República

Por força das alterações à organização judiciária introduzidas pela Lei 40-A/2016, de 22/12 e do Dec. Lei 86/2016, de 27/12 {cfr. Artºs 3º e 7º, nº 1, alínea c)}, a secção de proximidade de Nisa foi extinta e, em seu, lugar foi criado o juízo de competência genérica de Nisa.

No período em que não esteve colocado nenhum magistrado no Tribunal de Nisa o serviço desse tribunal foi assegurado pelas magistradas colocadas em Portalegre, conforme Ordem de Serviço nº 2/2017.

Em Março de 2017 o Dr. Frederico Melo Santos foi destacado pelo CSMP para exercer funções no Juízo de competência genérica de Nisa, tomando posse no lugar.

Face à ausência de uma magistrada no tribunal de Elvas procedeu-se à afectação a



**Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre**

**Procuradoria da República – Coordenação**

**T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>**

outros magistrados de todos os processos urgentes da titularidade da mesma-designadamente crimes de violência doméstica, abuso sexual de menor, violação-assegurando-se o acompanhamento dos demais processos pelas magistradas de turno daquele tribunal, conforme ordem de serviço nº 8/2017, de 30 de Maio e despacho nº 19/2017, de 19 de Maio.

No último movimento de magistrados do Ministério Público publicado no nº 168 do Diário da República de 31/08/2017, foram colocados na comarca de Portalegre os seguintes magistrados:

-José Alberto Correia de Oliveira Ferreira Mendes, auxiliar, em Ponte de Sor;

-Gisela Cristina Melo Nogueira e Santos Cavaco, efectiva, em Portalegre;

-Cristiana Costa Magalhães, efectiva, em Portalegre;

- Lúcia Coelho Perdigão, auxiliar, em Elvas;

-Maria Inês Taborda da Silva, auxiliar, em Nisa, para substituição do Dr. Frederico Camolino de Melo e

-Márcia Andreia da Silva Peixoto, auxiliar em Elvas.

Por permuta com a Dr.ª Cristina Costa Magalhães, a Dr.ª Maria de Fátima Coelho foi colocada em Portalegre.

Devido a baixa médica da Dr.ª Maria Inês Taborda da Silva, a Dr.ª Rute Miguéis, do quadro complementar de Elvas, assumiu funções no Juízo Local de Nisa.

## **Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre**

### **Procuradoria da República – Coordenação**

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

Em Outubro de 2017 foram colocadas três Procuradoras-Adjuntas do Quadro Complementar: Dras. Vera Lúcia Costa (para o lugar da Dr.<sup>a</sup> Gisela Santos Cavaco no Juízo local de Portalegre, que se encontra de baixa médica desde Setembro) Marleen Cooreman (para o lugar da Dr.<sup>a</sup> Márcia Peixoto no Juízo Local de Elvas, que se encontra de baixa médica) e Sheila Maria Pinto Almeida, no Juízo Local de Elvas.

## **2. Quadro necessário**

A comarca de Portalegre é uma das três únicas comarcas do país onde não existe especialização nas áreas de família e menores, cível e comércio.

Abrange 15 concelhos, cada um com uma CPCJ.

Para além da interlocução com cada uma destas CPCJ, do acompanhamento e visitas a 6 casas de acolhimento de crianças e jovens, os magistrados colocados nos Juízos locais têm ainda de assegurar a sua presença em reuniões dos CMS sempre que convocados em cada um dos 15 concelhos.

O volume processual da comarca onerado com a falta de especialização e com o trabalho de representação do MP junto da comunidade, imporiam, tal como já resultou de um estudo da PGR, que o quadro de procuradores-adjuntos fosse alterado prevendo-se no mínimo a colocação de 12 magistrados nos Juízos Locais, assim repartidos:

Elvas	4
Fronteira	1
Ponte de Sor	2
Portalegre	4
Nisa	1

**Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre**

**Procuradoria da República – Coordenação**

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

**III. QUADRO DE TÉCNICOS DE JUSTIÇA:**

**1- Quadro legal**

As faltas de técnicos de justiça agravaram-se face ao relatado em anos anteriores.

Assim de 16 técnicos de justiça previstos na Portaria 93/2017, de 06.03, apenas estiveram em funções 12 (75% do quadro legal).

Juízos locais	Quadro legal	Em exercício de funções
Elvas	3 (1 Técnico de justiça adjunto e 2 auxiliares)	4
Fronteira	2 Técnicos de justiça-adjuntos, sendo um em Avis	1 Desde Set. 2017
Ponte de Sor	2 (1 técnico de justiça principal e 1 técnico de justiça auxiliar)	1 Desde Set. 2017
Portalegre	6 (1 técnico de justiça principal, 3 técnicos de justiça adjuntos e 2 técnicos de justiça auxiliares)	6 Desde Dez. 2017
Nisa		1
Juízos centrais		1



**Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre**

**Procuradoria da República – Coordenação**

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

Os problemas mais graves surgiram em Fronteira e juízo local de Avis onde os serviços do Ministério Público funcionaram sem qualquer técnico de justiça que lhes desse apoio, apesar do quadro legal aí prever a colocação de 2 técnicos de justiça adjuntos.

Este apoio teve assim de ser assegurado, com a anuência e boa vontade das Senhoras juiz presidente da comarca e juiz do juízo local, por uma escritã daquele tribunal.

Também em Ponte de Sor se verificaram algumas dificuldades resultantes da transferência, em Setembro de 2017, de um senhor técnico de Justiça adjunto para outro tribunal, sem que, no seu lugar, fosse colocado outro técnico de justiça adjunto.

Também aí valeu o apoio de um escrivão auxiliar, face ao não preenchimento da vaga de Técnico de Justiça-Adjunto.

Foi ainda reforçado o quadro dos serviços do Mº Pº em Elvas com a afectação de um Escrivão-adjunto.

## **2.Quadro necessário**

Tal como já vendo sendo assinalado em relatórios anteriores, é imperioso rever a situação dos serviços do Ministério Público de Elvas.

A falta de um técnico de justiça principal no núcleo com maior número de inquéritos da comarca é uma enorme lacuna na organização judiciária.

No demais, o quadro legal, desde que completamente preenchido, satisfaz as exigências de serviço normais.



**Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre**

**Procuradoria da República – Coordenação**

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

**IV- Cumprimento dos objectivos processuais**

**1. Antiguidade na pendência**

Para este ano judicial foram fixados, entre outros, os seguintes objectivos processuais:

“Reduzir pendências excessivas nas instâncias em que tal ainda se verifique;

Reduzir o número de processos anteriores a 2013 a números inexpressivos;

Reduzir o número de processos anteriores a 2014 e a 2015”.

Em 31/12/2017 mostravam-se pendentes 46 inquéritos instaurados antes de 2015 conforme mapa que segue:

Inquéritos anteriores a 2015	Juízos
16 (1 de 2010; 1 de 2013; 14 de 2014)	Elvas
5 (1 de 2013; 4 de 2014)	Portalegre
17 (1 de 2011; 1 de 2014, 3 de 2013, 8 de 2014)	Nisa
7 (3 de 2013; 4 de 2014)	Ponte de Sor
1 (1 de 2007, dependente de cooperação judiciária internacional)	Fronteira

No decurso do presente ano judicial houve pois uma evidente recuperação de processos que se mantinham em investigação com prazos razoáveis claramente ultrapassados e que agora se cifram em 1,57% da totalidade dos inquéritos pendentes em 31/12/2017.



**Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre**

**Procuradoria da República – Coordenação**

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

## 2. Pendência

No ano de 2017 deram entrada 3973 inquéritos, tendo-se findado 3873.

Pendentes para 2018 ficaram 2921.

Entrados	Findos				Pendentes
3973	Acusados	Arquivados	Outros motivos	Totais findos	2921
	546	2884	255	3873	

**Cartas rogatórias;** foram cumpridas 9 cartas rogatórias.

**Instrução criminal:** foram requeridas 32 instruções, sendo 28 pelo arguido e 11 pelo assistente.

**Intervenções hierárquicas:** Houve três pedidos de intervenção hierárquica, o que demonstra que as decisões proferidas pelo Ministério Público têm sido bem acolhidas na comunidade.

**Foram decididos nove conflitos negativos de competência.**

Foram instaurados **397 processos administrativos**, sendo 333 com vista a intervenção processual e os restantes para acompanhamento de outros processos.

**Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre**

**Procuradoria da República – Coordenação**

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

**Acções cíveis:** foram instauradas 65 acções cíveis pelo Ministério Público, sendo 4 diversas e 60 interdições, na defesa de incapazes e ausentes.

Deram entrada 12 procedimentos previstos no Dec. Lei 272/2001.

Foram proferidos 61 pareceres na regulação do exercício das responsabilidades parentais.

Foram instauradas 15 averiguações oficiosas de paternidade.

Foram instaurados 82 processos de promoção e protecção, sendo 81 a requerimento do Ministério Público.

Foram instaurados 76 inquéritos tutelares educativos.

No total deram entrada 406 processos respeitantes a acções tutelares cíveis e incidentes.

Foram reclamados créditos no valor total de €3.138.414,52.

Foram propostas 14 acções laborais e deram entrada 171 processos de acidente de trabalho

### **3.Mecanismos de consenso e diversão**

No decurso do ano atingiu-se uma percentagem total de 44% do total da indicição na utilização dos mecanismos de consenso e diversão, manifestamente superior à do ano transacto que se quedou pelos 36,61% da indicição, conforme discriminado no quadro que segue.



**Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre**

**Procuradoria da República – Coordenação**

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

Suspensões provisórias	Sumaríssimo	Abreviado
188	111	23
25,62%	15,13%	3,2%

**V. COMPARAÇÃO DA ACTIVIDADE PROCESSUAL DO MP COM REFERÊNCIA AO ANO JUDICIAL DE 2016:**

No período de 01.01.2017 a 31.12.2017 deram entrada 3973 inquéritos, uma percentagem ligeiramente superior à do ano anterior (4%).

No essencial, a criminalidade participada diminuiu em quase todos os juízos, apenas tendo sofrido um aumento no Juízo local de Elvas e no Juízo local de Ponte de Sor, tal como decorre dos mapas que se seguem:

Unidades orgânicas	2016	2017	Diferença
Elvas	1394	1465	+ 5%
Fronteira	599	535	-10,7%
Nisa	1	232	
Ponte de Sor	703	738	+ 4,5%
Portalegre	1121	1004	- 10,5%

**Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre**

**Procuradoria da República – Coordenação**

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

**VI. JULGAMENTOS NOS JUÍZOS LOCAIS:**

Nos 5 juízos locais - Elvas, Fronteira, Ponte de Sor, Portalegre e Nisa - e no decurso do ano judicial, foram julgados 673 processos-crime.

Houve um total de 654 condenações (97% de percentagem dos julgados) e 19 absolvições.

**VII. JULGAMENTOS NO JUÍZO CENTRAL CRIMINAL:**

No decurso do ano judicial, foram proferidos 33 acórdãos, 28 destes condenatórios (84,84%).

**CONCLUSÕES:**

1. Os objectivos processuais definidos para o corrente ano judicial têm vindo a ser alcançados, sendo agora residual o número de processos anteriores a 2015.
2. A criminalidade participada, em relação ao mesmo período de 2016, diminuiu em todos os juízos, à excepção de Elvas e Ponte de Sor, onde se verificaram aumentos de 5% e 4,5%, respectivamente.
3. Houve um incremento dos mecanismos de consenso e diversão na ordem dos 7.5%.
4. O número de processos em que foi deduzida acusação correspondeu a 14% do total de processos findos.
5. Nos juízos locais e no juízo central criminal a taxa de condenações foi de 90%.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
PORTUGAL  
DE DEFESA DA LEGALIDADE E DEMOCRACIA

**Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre**

**Procuradoria da República – Coordenação**

**T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>**

**Portalegre, 15 de Fevereiro de 2018**

**A Magistrada do Ministério Público Coordenadora**

**(Branca Maria Lima)**

